

# 7

## CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA E A CONSTRUÇÃO DA RENAESP COMO POLÍTICA PÚBLICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE SEUS EFEITOS A PARTIR DE DIFERENTES OLHARES<sup>1</sup>.

Nalayne Mendonça Pinto; Haydée Caruso; Luciane Patrício; Elizabetha Ribeiro Albernaz e Vanessa de Amorin Cortes<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo busca apresentar algumas das reflexões extraídas da pesquisa intitulada “Avaliação do impacto dos cursos da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) na trajetória profissional dos seus egressos em cinco regiões brasileiras”, realizada no âmbito do Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça (Senasp/MJ). O estudo buscou investigar os múltiplos efeitos produzidos a partir da experiência dos cursos de pós-graduação em Segurança Pública na percepção dos atores que deles fizeram parte: docentes, coordenadores dos cursos, gestores e, principalmente, alunos. Somado a isso, analisa o engajamento das Instituições de Ensino Superior no campo de estudos da Segurança Pública, assim como problematiza o lugar da educação policial nas instituições de Segurança Pública. Finalmente, apresenta um conjunto de recomendações que busca apresentar algumas direções para o aprimoramento da Rede, dando indicações para mudanças de curso ou sugestões de melhoria.

**Palavras-chave:** Renaesp. Especialização em Segurança Pública. Formação policial.

### ABSTRACT

*This article presents some reflections drawn from the “Evaluation of the impact of the National Network for Higher Studies in Public Security (Renaesp) courses on alumni professional trajectories in five Brazilian regions” in the professional career of its graduates in five Brazilian regions, from the Call for Research on Public Security by Secretariat of Public Security of the Ministry of Justice (Senasp/MJ). The study sought to investigate the multiple effects produced from the experience of post-graduate degree in public security in the perception of actors who were part of them: teachers, the course coordinators, managers, and especially students. Added to this, analyzes the engagement of Institutions of Higher Education in field of study Public Security, as well as discusses the place of police education in Institutions of Public Security. Finally, we present a set of recommendations which seeks to present some directions for the improvement of the network, giving directions to course changes or suggestions for improvement.*

**Keywords:** Renaesp. Specialization course. Police training.

1 No desenvolvimento da pesquisa participaram como pesquisadores de campo: Marcelle Gomes Figueira; Elizabetha Ribeiro Albernaz; Alessandra Fontana Oberling; Verônica Almeida dos Anjos e Rodrigo Figueiredo Suassuna. As coordenadoras da pesquisa foram: Nalayne Mendonça Pinto, Haydée Caruso e Luciane Patrício. Os pesquisadores bolsistas de iniciação científica foram: Gabriella dos Santos Ferreira e Conrado Neves dos Santos.

2 **Coordenadoras da Pesquisa:** Nalayne Mendonça Pinto é doutora em Sociologia pela UFRJ e professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ; Haydée Glória Cruz Caruso é doutora em Antropologia pela UFF e professora adjunta do Departamento de Sociologia da UnB; Luciane Patrício é doutora em Antropologia pela UFF e superintendente de Educação da Subsecretaria de Educação, Valorização e Prevenção da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro (SESEG/RJ). **Pesquisadoras que auxiliaram na elaboração deste artigo:** Elizabetha Ribeiro Albernaz é mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional UFRJ e superintendente de Articulação Institucional e Parcerias SESEG/ RJ. Vanessa de Amorin Cortes é mestre em Antropologia pela UFF, consultora independente.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca apresentar algumas das reflexões extraídas da pesquisa **Avaliação do impacto dos Cursos da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) na trajetória profissional dos seus egressos em cinco regiões brasileiras**, realizada no âmbito do Edital de Pesquisas Pensando a Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ).

A pesquisa buscou compreender os processos de constituição e avaliação dos cursos em suas diferentes fases e relacionadas aos diferentes atores que dele fizeram parte: no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) que promoveram a iniciativa, na perspectiva dos gestores de Segurança Pública das unidades federativas, e finalmente procurou indagar sobre as percepções dos egressos acerca dos efeitos que o curso produziu na sua trajetória pessoal e profissional. Dessa forma, foi realizada ampla pesquisa qualitativa com alunos que concluíram os cursos da Renaesp, com coordenadores e professores dos cursos nas Instituições de Ensino Superior (IES) participantes da Rede e com gestores públicos que receberam os egressos em suas instituições<sup>3</sup>.

A metodologia da pesquisa combinou diferentes estratégias – quantitativas e qualitativas – a fim de dar conta das diversas dimensões do objeto analisado, reunindo desde o levantamento bibliográfico, a realização de entrevistas, de grupos focais e visitas a campo. Cabe destacar que a análise nos dados ora apresentados se valeu eminentemente de uma metodologia compreensiva, própria das ciências sociais, que permitiu a interpretação dos dados e a análise dos discursos produzidos pelos diferentes atores, valorizando suas representações acerca da experiência em tela.

O presente artigo está dividido em sete seções, os quais trazem os principais achados da pesquisa, permitindo ao leitor compreender a Renaesp e as implicações do seu desenvolvimento para os diferentes atores que dela fazem parte. A primeira parte apresenta a experiência propriamente dita, sua proposta, forma de institucionalização e trajetória histórica na Senasp/MJ. A seção seguinte procura fazer uma breve análise do levantamento bibliográfico obtido por meio desta pesquisa, que se foca no tema da formação policial e assuntos correlatos. Ainda que sejam indicados alguns trabalhos considerados “clássicos” neste campo, não se pretende aqui apresentar o estado da arte dos estudos sobre formação policial no Brasil, contribuição já realizada por diversos autores, mas apontar os principais estudos feitos e dar a dimensão do que se encontra disponível na internet sobre o tema produzido entre 2001 e 2013, assim como indicar a forma pela qual os trabalhos são indexados. Também nesse item é realizada uma análise da produção monográfica dos egressos, especialmente no que se refere à escolha dos temas das monografias e algumas hipóteses que podem explicar a concentração de determinados temas em detrimento de outros.

A parte que trata do *lugar* da educação policial nas Instituições de Segurança Pública traz uma análise de como as corporações, especialmente as polícias, e as estruturas de gestão nas secretarias de estado de segurança estão organizadas, dando ênfase especial

<sup>3</sup> A pesquisa foi realizada em 8 (oito) unidades da federação, reunindo informações de dez Instituições de Ensino Superior que ofereceram edições de cursos de pós-graduação em Segurança Pública (e áreas afins) vinculados à Renaesp.

à investigação do lugar conferido à agenda da educação no conjunto das prioridades. Diferentes arranjos institucionais podem revelar diferentes formas de tratamento e investimento no que se refere ao tema da formação das polícias.

A quarta parte deste artigo foca-se nas Instituições de Ensino Superior, como estas passaram a integrar o programa, como conceberam seus cursos e o que tem sido capazes de produzir a partir deste investimento. Núcleos de pesquisa, novas agendas de pesquisa e novos pesquisadores são apenas alguns dos exemplos de quais têm sido os efeitos da Renaesp para algumas das IES dela participantes.

Os “Efeitos da formação a partir da experiência dos cursos de pós-graduação vinculados à Renaesp” representa a parte mais importante e rica deste artigo, uma vez que reúne, na percepção dos diferentes atores participantes, quais os efeitos produzidos por esta experiência. Aqui são apresentadas as questões mais expressivas sobre o que a Renaesp tem sido capaz de produzir, seja para as IES, para os alunos, para os docentes ou para as instituições de segurança pública propriamente ditas. É neste momento que é possível compreender quais os rendimentos de colocar, no ambiente acadêmico, alunos de diferentes instituições, de diferentes postos hierárquicos, de diferentes visões, em torno de um debate argumentativo. Os desafios implicados neste programa também são apresentados nesta seção.

Considerando ser esta uma pesquisa aplicada, cujo objetivo supera a necessidade de apresentar reflexões sobre o fenômeno observado, a parte de “Recomendações” busca dar algumas direções para o aprimoramento da Renaesp, dando indicações para mudanças de curso ou sugestões de melhoria. Finalmente, são nas “Considerações Finais” que, em resumo, são apresentadas as principais reflexões extraídas da pesquisa, dando um panorama geral dos seus resultados.

## 1. A REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA: PROPOSTA E OBJETIVOS

A Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública consiste numa iniciativa do governo federal de educação e aperfeiçoamento de profissionais de Segurança Pública coordenada e financiada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ).

A Rede se configura a partir do aporte de recursos federais direcionados às Instituições de Ensino Superior (IES) para que realizem cursos de especialização *latu sensu* na área da Segurança Pública (e áreas afins). A Renaesp teve seu início em 2005<sup>4</sup> com o lançamento do 1º edital de credenciamento<sup>5</sup> e desde então foi capaz de transferir recursos para IES de todo o Brasil, sejam elas públicas (federais, estaduais e municipais) ou privadas.

<sup>4</sup> O 1º edital teve como inspiração um projeto-piloto realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que coordenou a primeira turma de pós-graduação em Segurança Pública pautada na Matriz Curricular Nacional para formação de profissionais de Segurança Pública com investimentos exclusivos do governo federal.

<sup>5</sup> Edital 00/2005 SENASP/MJ.

Ao longo dos últimos 8 anos (2005-2013) foram lançados 4 editais de credenciamento/ chamada pública<sup>6</sup> voltados para a contratação de IES públicas e privadas. Neste período, de acordo com os dados oficiais do Ministério da Justiça<sup>7</sup>, foram oferecidas 140 edições de cursos de pós- graduação em 25 unidades da federação, atingindo, até 2012, a marca de 5600 discentes. As instituições que tiveram suas propostas aprovadas nos distintos editais ofertados, ao longo do período supracitado, tiveram que apresentar uma proposta de curso que, dentre outras exigências, deveria estar em consonância com a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais de Segurança Pública<sup>8</sup>. Tal estratégia foi apontada pela Senasp como fundamental para que esta pudesse – nas distintas regiões do Brasil e para distintos profissionais – fomentar “a construção de um novo modo de fazer segurança pública, comprometido com a cidadania e os direitos humanos” (Enap, 2009, p. 2).

Em linhas gerais, os cursos são de 360h/aula e destinam-se aos profissionais do campo de Segurança Pública da ativa, podendo ser policiais (civis, militares, federais, rodoviários federais), guardas municipais, bombeiros militares, agentes penitenciários, profissionais de perícia forense. Além dos profissionais acima mencionados, os cursos também permitem a inclusão de discentes interessados e atuantes na área de Segurança Pública. Por essa razão, cientistas sociais, assistentes sociais, advogados, jornalistas, entre outros profissionais, puderam estar presentes nos distintos cursos ofertados pela Rede.

A Renaesp teve ao longo do tempo duas principais fontes de recursos que viabilizaram sua implantação em âmbito nacional. A primeira trata-se do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP (Lei Nº 10.201/2001); e a segunda refere-se ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci (Programa 1453 do Plano Plurianual 2008-2011).

Ao analisar os documentos institucionais da Rede, criados ao longo de sua trajetória, é possível afirmar que houve um esforço de consolidação e amadurecimento da iniciativa com vistas a torná-la um programa permanente da Senasp. O ápice do processo de institucionalização do programa só ocorreu por meio da publicação da Portaria Ministerial Nº 1148, de 12 de junho de 2012, que instituiu formalmente a Rede Nacional de Altos Estudos de Segurança Pública, regulamentando parágrafos anteriores da Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Programa Nacional de Segurança e Cidadania que tratavam da Rede<sup>9</sup>.

O texto final da portaria pode ser considerado o resultado do acúmulo de expertise e de experiências vividas pelo governo federal em interface com as Instituições de Ensino Superior selecionadas para execução dos cursos.

6 Os 4 editais lançados, até então, são assim denominados: Editais de credenciamento 00/2005 e 001/2007; Editais de chamada pública Nº 06 e Nº 07 (ambos em 2012). Todos os editais, bem como a Portaria Ministerial Nº 1148, de 12 de junho de 2012, que institui a Renaesp, serviram de subsídio para fundamentar os argumentos desenvolvidos neste tópico no que tange à criação, implementação e institucionalização da Rede.

7 Dados obtidos em 20 de novembro de 2013 no portal do Ministério da Justiça. [www.portal.mj.gov.br](http://www.portal.mj.gov.br)

8 A Matriz Curricular Nacional de Ações Formativas dos Profissionais de Segurança Pública constitui-se de subsídios teórico-metodológicos utilizados na orientação dos processos de planejamento e avaliação das atividades formativas dos profissionais da área de Segurança Pública. O documento propõe ser uma ferramenta de gestão educacional e pedagógica voltado ao campo da segurança pública. A Matriz Curricular Nacional foi publicada pela 1ª vez em 2003, seguida de ampliação e revisão em 2005, 2008 e 2012. O documento está disponível para download em [www.portal.mj.gov.br](http://www.portal.mj.gov.br)

9 A Portaria Ministerial Nº 1148, de 12 de junho de 2012, regulamenta “dispositivos da Lei Nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP” (DOU, seção 1, Nº 113, quarta-feira, 13 de junho de 2012).

Ao analisar os documentos institucionais produzidos antes da publicação da portaria, percebe-se que alguns temas apareceram reiteradamente como fundamentais para o que viria a se tornar legalmente as diretrizes e os objetivos da Renaesp. Os temas recorrentes no conjunto de documentos analisados podem ser assim resumidos:

- 1) Especialização dos profissionais de Segurança Pública em larga escala como prioridade;
- 2) Cidadania e Direitos Humanos como diretrizes para a atuação dos profissionais de segurança pública;
- 3) Articulação entre conteúdo teórico produzido no campo acadêmico e as dimensões práticas do fazer policial/profissionais de Segurança Pública;
- 4) Consolidação da Matriz Curricular Nacional como subsídio para o planejamento e avaliação dos processos educacionais em segurança pública;
- 5) Institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública;
- 6) Melhoria da Gestão da Segurança Pública.

Questões como a ampliação do número de profissionais de segurança pública qualificados no país e a melhoria dos instrumentos de gestão da segurança pública aparecem em todos os instrumentos analisados. Se no 1º Edital está presente o reforço aos temas de direitos humanos e cidadania como balizadores para a ação policial, na sequência ganha força a ideia do oferecimento de cursos orientados pela Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de Segurança Pública, onde tais temas são tratados de modo transversal.

No tocante à articulação entre os saberes práticos dos profissionais de Segurança Pública e a produção científica desenvolvida nas Instituições de Ensino Superior e centros de pesquisa, há uma preocupação que se repete em todos os documentos, qual seja, que a Renaesp propicie efetivamente este diálogo, além de fomentar entre os profissionais um “olhar técnico-científico” sobre sua prática. Em contrapartida, estimula-se a maior difusão da produção acadêmica sobre esse tema.

Já o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, que surge como proposta no 1º Governo Lula e ganha força em 2007 como projeto de lei (todavia até hoje não votado e, portanto, não regulamentado<sup>10</sup>), a Renaesp aparece como um objetivo genérico a ser alcançado.

Por fim, uma preocupação está presente em todos os documentos: a ideia de que a qualificação de mais profissionais de segurança pública em cursos de especialização visa contribuir para a melhoria das atividades e dos instrumentos de gestão nesta área. Tais perspectivas traduziram-se, portanto, no seguinte conjunto de diretrizes, contidas no Art. 1º da portaria:

<sup>10</sup> O PL 1937/2007 foi transformado em PL 3734/2012 e 3735/2012. Está hoje em regime de tramitação prioritária na Câmara dos Deputados, estando desde 03/04/2013 na Comissão de Educação (CE), tendo como relator designado Deputado Artur Bruno (PT-CE).

I – democratização do acesso ao conhecimento técnico-científico aos profissionais de segurança pública, independentemente do cargo, hierarquia, patente, categoria profissional ou classe;

II – aprimoramento dos profissionais de segurança pública, por meio de uma formação acadêmica multidisciplinar, orientada para o fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos; e

III – valorização da participação dos profissionais de segurança pública no ambiente acadêmico (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012).

Cumpra-se observar que as diretrizes postuladas desdobram-se em cinco objetivos (Art. 2º) que respondem aos seguintes desafios:

I – propiciar o acesso gratuito dos profissionais de segurança pública aos processos de aprendizagem e de aperfeiçoamento profissional, especialmente em cursos de pós-graduação lato sensu;

II – fomentar o aperfeiçoamento das atividades e dos instrumentos de gestão em segurança pública;

III – incentivar as instituições de ensino superior – IES a promoverem cursos e implantarem núcleos e centros de estudos e pesquisas voltadas à segurança pública;

IV – promover a capacitação dos profissionais de segurança pública, em consonância com a Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais de Segurança Pública, aprovada pela SENASP; e

V – promover a produção de artigos científicos e monografias sobre segurança pública e temas correlatos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012).

Fica evidenciado, portanto, a grande preocupação do programa em estimular a articulação entre o mundo acadêmico e o mundo prático profissional dos agentes da segurança pública através das Instituições de Ensino Superior selecionadas para integrar a Rede. A aproximação entre IES e profissionais de segurança pública visa romper com muros simbólicos que marcam historicamente o processo de democratização do país e de suas instituições de controle social. Com isso, a Renaesp pretende atingir um importante objetivo que é incluir/potencializar o tema de segurança pública na agenda de pesquisa, ensino e extensão das Instituições de Ensino Superior resultando, por conseguinte, em diagnósticos, estudos, projetos e planos que possam contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas no campo da segurança pública.

Influir diretamente na agenda das instituições de segurança pública é tarefa árdua e nem sempre possível, já que as instituições são autônomas, não existindo subordinação hierárquica à Senasp. O que parece ser evidente, pela análise dos documentos oficiais e da Portaria publicada, é que a Renaesp fez uma escolha estratégica em buscar contribuir para potencializar e/ou criar dentro das IES interessadas áreas de pesquisa dedicadas à Segurança Pública. Assim sendo, as Instituições de Ensino Superior aparecem ao longo do processo de criação, implementação e institucionalização da Renaesp como peça fundamental para o funcionamento desta engrenagem que se propõe a valorizar os profissionais de segurança pública pela oferta de cursos para o seu aprimoramento profissional, ao mesmo tempo em que busca, por meio dos discentes, estimulá-los a realizar estudos voltados à modernização das instituições de segurança pública.

## 2. FORMAÇÃO POLICIAL EM QUESTÃO: ANÁLISE DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Ao analisar os estudos feitos sobre formação policial no Brasil, é possível afirmar que já há uma significativa produção sobre o tema, que reúne trabalhos científicos de diversas naturezas, como livros, capítulos de livros, coletâneas, dossiês, monografias, artigos científicos, dissertações e teses. Boa parte dessa produção encontra-se concentrada na área de conhecimento das Ciências Sociais, embora seja possível observar essa produção também no campo do Direito, da Educação, da Administração Pública e da Psicologia<sup>11</sup>.

Parte desses estudos já se encontram indicados em três artigos que se destacam como referências acadêmicas na área da Segurança Pública por terem se proposto a apresentar o “estado da arte” dos estudos, pesquisas e publicações realizadas nos temas violência, criminalidade e segurança pública no Brasil. O primeiro, publicado em 1999 por Zaluar, procurou reunir a produção sobre violência entre 1970 e 1995. O segundo, publicado em 2000 por Misse, Kant de Lima e Miranda, procurou fazer um levantamento mais abrangente, reunindo trabalhos indexados pelos temas da criminalidade, segurança pública e justiça criminal. Finalmente o terceiro, publicado em 2010 por Adorno e Barreira, focou-se na análise do fenômeno da violência e criminalidade como um problema sociológico para apresentar como se construiu, ao longo dos últimos trinta anos, o campo de estudos denominado “sociologia da violência”.

Especialmente com relação aos estudos sobre as instituições policiais no Brasil, ao analisar a produção científica sobre este assunto, observa-se que boa parte da produção se intensifica a partir dos anos 2000. Todavia, alguns autores podem ser classificados como “inauguradores” de estudos dessa natureza, como Kant de Lima (1995), Mingardi (1992), Bretas (1997), Holloway (1997) e Muniz (1999). Nestes trabalhos, o objeto dos estudos passava a ser as instituições de segurança pública, suas características e questões organizacionais, históricas, sociológicas e antropológicas, produção esta que se diferencia sobremaneira dos estudos sobre violência e direitos humanos feitos anteriormente, em que o tema “polícia” aparecia mais como objeto de denúncia do que de investigação científica<sup>12</sup>. Ao levantar a produção específica sobre formação policial, destacam-se os trabalhos de Muniz (1999), que buscou analisar o universo cultural e institucional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Como referências, destacam-se também os trabalhos de Nummer (2001), que produziu um estudo sobre o Curso de Formação de Soldados na Brigada Militar do Rio Grande do Sul; Sá (2002), sobre a autoimagem e a disciplina entre oficiais da Polícia Militar do Ceará e Silva (2002), que abordou a construção da identidade do policial militar e seu processo de socialização. Albuquerque (1999) dedicou-se a realizar uma análise sobre os currículos implementados na Academia de Polícia Militar da Bahia, ao passo que Araújo Filho (2003) realizou estudo semelhante, este com foco no currículo do Curso de Formação de Soldados do Rio de Janeiro. Finalmente, vale destacar a dissertação de mestrado de Caruso (2004), que procurou analisar a construção do saber prático entre os praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, assim como o artigo de Caruso, Patrício e Pinto (2010), que produziram pesquisa aplicada e comparada entre a formação de praças e oficiais da mesma instituição.

11 Para uma discussão sobre a produção acadêmica em torno dos temas da violência, da segurança pública e suas relações com as políticas públicas, ver Relatório FAPESP n° 2008/00181-7, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança em 2009.

12 Uma discussão sobre a produção acadêmica sobre educação policial também está presente em Caruso, Patrício e Pinto (2010), artigo publicado na Revista Segurança, Justiça e Cidadania (Senasp/MJ), fruto de pesquisa realizada no âmbito do 1º Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública.

No âmbito da pesquisa “Avaliação do impacto dos Cursos da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública na trajetória profissional dos seus egressos em cinco regiões brasileiras” também foi realizado um extenso levantamento bibliográfico na internet sobre o tema, usando como palavras-chave termos que pudessem melhor recortar os estudos sobre formação policial<sup>13</sup>. Somado a isso, a pesquisa reuniu parte das monografias produzidas no âmbito dos cursos pesquisados, o que também permitiu empreender uma análise sobre a produção dos egressos dos cursos realizados, como veremos a seguir.

Com relação ao levantamento bibliográfico, a partir do conjunto de obras pesquisadas, foi possível produzir um sistema classificatório sobre formação policial que se desdobra nos seguintes temas: formação, treinamento, capacitação e especialização policial, currículo/Matriz Curricular Nacional, condições de trabalho policial, Direitos Humanos e os desafios da Polícia Cidadã, Polícia Comunitária e mediação de conflitos, práticas, saberes e atividades policiais, identidade policial (Ethos), poder de polícia e uso progressivo da força, relações de gênero e mulheres policiais, história/militarização da polícia, relações étnico/raciais na polícia, gestão da Segurança Pública.

Vale destacar que o critério de diferenciação dos trabalhos baseou-se no tema geral de cada obra. Esta simples diferenciação nos permitiu realizar uma análise inicial sobre como a produção bibliográfica disponível na internet produz aderência com determinados eixos de discussão. Assim, a pesquisa realizada na internet nos permitiu identificar uma significativa produção sobre os temas relacionados à formação policial, principalmente na última década, assim como o direcionamento dos trabalhos para determinadas orientações temáticas.

Observa-se um número significativo de trabalhos com maior grau de aderência às questões relativas à formação policial relacionada aos direitos humanos e cidadania, ora apresentando estudos sobre a inclusão de disciplinas de cunho humanístico na formação policial, ora chamando a atenção para um ensino policial voltado para questões “de cidadania”. Há trabalhos que salientam a necessidade de uma “humanização” dos cursos de formação policial e outros com uma característica “principlológica” de discussão de conteúdos. Nos artigos que tratam do tema da formação, também chamam atenção aqueles que abordam experiências e modelos de ensino nos cursos e academias de polícia em diferentes estados do país. Há ainda estudos de casos que descrevem algumas experiências aplicadas em determinadas academias e apresentam modelos e propostas de cursos de formação.

Outros trabalhos apontam para a relação dos processos e metodologias para treinamento e formação nas academias de polícia, além dos desafios para formação e construção das identidades na perspectiva da construção de uma polícia cidadã. Os trabalhos sobre ensino policial versam sobre: questões relativas à mediação de conflitos como conteúdo necessário à formação policial, algumas proposições sobre conteúdos a partir da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos profissionais de Segurança Pública, além de estudos sobre os currículos aplicados nos cursos de formação policial.

<sup>13</sup> O levantamento bibliográfico obtido teve como base de busca as referências encontradas nos seguintes sites: Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES, Banco de Teses Capes e Scielo – Scientific Electronic Library Online. A lista de palavras-chave compreendia os seguintes termos: Formação Policial, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Escola de Polícia, Escola Superior de Polícia, Academia de Polícia, Ensino Policial/ Educação policial, Especialização em Segurança Pública, Academia de Bombeiros, Especialização em Justiça Criminal, Prática Policial, “ações formativas dos profissionais da área de segurança pública”. As referências encontradas compreendem o intervalo temporal entre 2001 a 2013.



Quanto às questões curriculares na formação policial, alguns trabalhos apontam para os desafios de adequar os currículos às demandas da sociedade democrática, tendo como orientação princípios de direitos humanos e cidadania que devem balizar a atuação policial. Nessa esteira, há trabalhos que discutem também prática policial e impactos na atuação profissional. A Matriz Curricular Nacional foi citada em alguns trabalhos como promotora de novos parâmetros curriculares, assim como foi destacada a necessidade de construção de projetos pedagógicos adequados às novas demandas da Matriz.

A discussão sobre polícia comunitária, muito recorrente nos artigos encontrados, é apresentada na forma de estudos de casos e relatos de experiências sobre o fazer e saber policial. Este tema também é associado ao tema da mediação de conflitos e ao seu uso pelos policiais. A prática policial e as formas e padrões de policiamento são objetos de discussão em relação à gestão da segurança pública. Os modelos de policiamento são discutidos atrelados aos saberes e competências necessários à atuação policial, pautados na garantia dos direitos individuais. Finalmente, há ainda trabalhos que destacam os saberes e identidades em construção e em processos de mudança, as novas demandas por profissionalização, a identidade policial em crise ou em sofrimento, a violência policial relacionada à sua identidade em construção e/ou em crise nos tempos de democracia e a garantia da cidadania.

Percebe-se que há inúmeros novos trabalhos de pesquisa e artigos científicos disponíveis na web, produzidos nos últimos anos, que tratam de temas transversais à questão da formação policial, segurança pública e garantia de direitos. Os estudos revelam demandas por uma maior reflexão sobre a consolidação da democracia brasileira, atrelada à necessidade de formação dos profissionais da área de segurança pública com base nas diretrizes e orientações dos direitos humanos e procedimentos garantistas de prevenção e proteção da ordem social.

A análise das monografias produzidas também permitiu tecer algumas considerações sobre os temas dos trabalhos realizados pelos discentes<sup>14</sup>. Utilizamos como forma de indexação as 14 linhas temáticas adotadas pela Coordenação da Renasp, que servem como orientador temático para a fase de elaboração das monografias. São estes os temas: I. Organização e Gestão das Instituições de Segurança Pública; II. Gestão do Conhecimento e Produção de Informações Criminais; III. Valorização e Formação Profissional dos Operadores do Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal; IV. Estruturação e Modernização das Instituições Periciais; V. Programas de Prevenção da Violência Social e Situacional; VI. Controle Interno e Externo das Agências de Segurança Pública e Participação Social nas Instâncias de Controle; VII. Programas de Redução da Violência; VIII. Segurança Pública e Direitos Humanos; IX. Organização Criminosa e Estratégias Eficazes de repressão qualificada ao crime, em Segurança Pública; X. Integração das Instituições de Segurança Pública no Brasil; XI. Polícia Comunitária; XII. Práticas e Resultados nas Instituições de Segurança Pública; XIII. Análise e Avaliação de impactos das Políticas Públicas de Segurança Pública; XIV. Educação em Segurança Pública: metodologias, conteúdos e práticas.

Do total de 411 monografias levantadas e analisadas, 23% concentram-se na linha temática Segurança Pública e Direitos Humanos; 16% na linha Polícia Comunitária e

<sup>14</sup> O trabalho de catalogação das monografias reuniu 411 monografias produzidas em sete Instituições de Ensino Superior: UFF, UFRJ, UFTO, UnB, UFES, Escola Superior Dom Helder Câmara e Facipe. Não foi possível o acesso às monografias da PUC/RS; UFPI e Unisinos – RS.

12% no tema Práticas e Resultados nas Instituições de Segurança Pública, sendo essas três linhas temáticas responsáveis por 51% da produção analisada. Somado a isso, 10% reúnem trabalhos que fazem parte da linha temática Organização e Gestão das Instituições de Segurança Pública. Os temas Programas de Redução da Violência e Gestão do Conhecimento e Produção de Informações Criminais concentram, cada um, 6% da produção ao passo que os temas de Controle Interno e Externo, Educação em Segurança Pública, Valorização e Formação dos Operadores, Programas de Prevenção da Violência, Análise e Avaliação de Impactos das Políticas Públicas e Organização Criminosa reúnem, cada um, apenas 3% da produção. Os temas que não somam 1% da produção são Integração das Instituições de Segurança Pública e Estruturação e Modernização das Instituições Periciais.

Algumas hipóteses podem ser levantadas a partir dos dados acima apresentados. O que chama atenção é o significativo número de trabalhos dentro do Tema VIII. Segurança Pública e Direitos Humanos, com um total de 98 monografias. É possível pensar que as temáticas relativas à questão da ação policial pautada nos direitos humanos são assunto recorrente nas diretrizes e projetos pedagógicos dos cursos. Em muitos relatos dos egressos, eles chamaram atenção para o enfoque “filosófico” e “acadêmico” dos cursos, que se direcionava para questões de direitos humanos e sociologia. Assinalaram ainda que alguns cursos tinham um caráter mais “jurídico”, com ausência de disciplinas voltadas para as questões práticas da profissão policial e da gestão e planejamento da segurança pública.

Outra possibilidade que pode explicar essa escolha pelos assuntos relacionados aos direitos humanos é a maior facilidade de produzir sobre uma temática que é bastante profícua em termos de produção bibliográfica e de acesso nas mídias digitais. “Direitos Humanos e Segurança Pública” é objeto de um número satisfatório de livros, teses e artigos científicos, o que facilita a escolha do tema e do acesso às referências bibliográficas. Muitos trabalhos coletados tratam de temas mais “principiológicos” e pedagógicos do que o que deveria ser a atuação policial pautada nos direitos humanos. Poucos são aqueles que buscam produzir análises a partir de uma reflexão sobre suas práticas e, por conseguinte, das suas instituições. Nas monografias pesquisadas, quase não há estudos etnográficos sobre as práticas policiais. Tal fato pode ser decorrência do receio de que análises dessa natureza resultassem em perseguições *intra corpore*. Outro destaque é o grande número de profissionais do campo da Segurança Pública que cursaram graduação em Direito e, por isso orientam-se por um viés dogmático e doutrinário. É possível que a escolha da escrita sobre temas de orientação jurídica se aproxime de sua formação inicial.

A segunda temática mais abordada foi o Tema XI. Polícia Comunitária, com 66 trabalhos. Este dado pode ter relação com três hipóteses: 1) Grande parte dos cursos incluiu essa disciplina em seus projetos pedagógicos; 2) Na última década, as experiências de policiamento comunitário foram bastante divulgadas e “apregoadas” pela mídia e gestores de segurança pública como “solução” para uma nova forma de gestão na segurança pública, que se pretende mais participativa e “cidadã”; e 3) Há, por parte da Senasp, forte indução de políticas que tomem o policiamento comunitário como filosofia e estratégia de atuação, tanto para as polícias como para as guardas municipais. Ademais, há grande investimento em cursos presenciais e na modalidade a distância especificamente nesta temática.

O terceiro e quarto temas mais abordados na catalogação feita por essa pesquisa referem-se às XII. Práticas e Resultados nas Instituições de Segurança Pública, com 52 monografias e à I. Organização e Gestão das Instituições de Segurança Pública, com 45. Neste caso, os trabalhos estão mais voltados para discussão de experiências práticas nas diferentes corporações policiais (incluindo as guardas municipais), com descrições sobre funcionamento e avaliação de modelos de gestão das instituições, proposição de projetos para a segurança pública (tanto no âmbito das polícias, como das guardas municipais) e discussões sobre saberes, procedimentos e atuação de policiais, agentes penitenciários, guardas municipais e das agências de controle social (sistema de justiça criminal com um todo).

Finalmente destacam-se no quinto e sexto lugar os temas VII. Programas de Redução da Violência, com 27 monografias e II. Gestão do Conhecimento e Produção de Informações Criminais, com 26. Os trabalhos reunidos na temática Programas de Redução da Violência são projetivos, apontam possibilidades de implementação de políticas públicas ou a avaliação de algum projeto em curso. Já no tema Gestão de Conhecimento e Produção de Informações Criminais, os trabalhos avaliam e discutem a produção dos dados quantitativos que orientam as políticas de controle da violência e criminalidade.

A fim de concluir essa reflexão sobre a produção das monografias no âmbito dos cursos vinculados à Renaesp, cabe uma ponderação sobre qual seria a forma mais interessante e produtiva de elaboração dos trabalhos de conclusão de curso da Rede, posto que se trata de profissionais que atuam tanto no campo da gestão como na atuação prática em suas instituições. Esse dado sobre o número significativo de alunos que produzem em temáticas mais jurídicas e acadêmicas/reflexivas permite pensar sobre a possibilidade de fomentar trabalhos que versem sobre projeção e implementação de políticas, facultando a possibilidade dos alunos produzirem não apenas monografias de perfil mais acadêmico, como também projetos de intervenção, planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas de segurança pública e justiça criminal, assim como é realizado nos cursos de MBA e mestrados profissionalizantes.

### **3. O LUGAR DA EDUCAÇÃO POLICIAL NAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Como anteriormente destacado, sendo a Renaesp uma política educacional que prescreve em um de seus focos a melhoria da gestão da segurança pública, é possível afirmar que um dos seus objetivos pretendidos, ainda que indiretamente, direciona-se para a modernização e melhoria das instituições de segurança pública, de modo que gestores mais bem qualificados possam influenciar, por meio da sua prática profissional, as melhorias institucionais pretendidas. Ora, se é correto afirmar que um dos mecanismos (mas não o único) de influência nas estruturas de gestão das instituições de segurança pública é a formação dos seus profissionais, cabe investigar qual o *lugar* – em termos de valorização e prestígio – conferido à agenda da educação nas instituições em tela.

Neste sentido, a partir das entrevistas realizadas com os gestores das instituições de ensino policial, assim como os existentes nas secretarias de estado de segurança (e afins), é possível empreender algumas análises sobre os investimentos em educação e

como tal agenda situa-se no conjunto das prioridades das instituições policiais. O objetivo principal deste investimento foi aferir, em primeiro lugar, o grau de importância atribuído à política educacional e suas características e, em segundo lugar, o conhecimento desses gestores sobre a Renaesp, a existência ou não de estímulos para a formação e eventuais iniciativas de incentivo à qualificação do efetivo e de aproveitamento destes saberes adquiridos nos quadros institucionais.

Em primeiro lugar, cabe recuperar algumas análises recorrentemente presentes nos estudos sobre formação policial. Uma questão normalmente apontada como dificultadora para a implementação de uma política de formação sistemática, de modo que cada profissional possa aliar à sua atuação na ponta uma qualificação profissional continuada é a priorização por policiamento. A lógica que defende que “mais policiais na rua produzem mais segurança” tem influenciado diretamente os tempos de formação (sobretudo nos cursos de soldados) definidos pelas escolas do país, cujo período pode variar de seis meses a um ano, traduzindo-se em prejuízo do cumprimento do currículo. Não obstante, e pelas mesmas razões, não têm sido observadas muitas experiências de qualificação continuada, nem na Polícia Civil, tampouco na Polícia Militar, sob a alegação de que o tempo de qualificação traria prejuízo para a realização do policiamento nas ruas. Em resumo, o que alguns estudos apontam é que se prescinde da formação (qualidade) em detrimento da saturação (quantidade), ainda que se reconheça que em determinados casos o emprego massivo de policiais possa gerar algum nível de dissuasão<sup>15</sup>.

O contato com as realidades das políticas públicas de formação policial das 8 unidades da federação visitadas revela um cenário bastante diverso em termos de organização institucional da agenda da educação policial e de profissionalização da gestão educacional das escolas. Em Pernambuco, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, por exemplo, foram identificados órgãos específicos, nas Secretarias de Estado de Segurança/Defesa Social, responsáveis pelo alinhamento das diretrizes educacionais de ambas as polícias, civil e militar. Para a perspectiva de construção de uma política pública de segurança pautada na integração entre as forças policiais, esta característica institucional mostra-se bastante desejável e relevante.

No caso de Pernambuco, inclusive, essa integração é alinhavada institucionalmente pela existência de uma Academia Integrada de Defesa Social – Acides, subordinada à Gerência de Integração e Capacitação da Secretaria de Estado de Defesa Social. Em Minas Gerais, cuja política de segurança pública encontra-se fortemente pautada nas ideias de ‘gestão’ e ‘integração’, a realidade institucional é um pouco diferente. Muito embora a Secretaria de Defesa Social não conte com uma instância de direção para o alinhamento da política de formação policial, ficando a tarefa a cargo das polícias, as diretrizes que devem ser observadas por estes órgãos são dadas por instâncias suprassecretariais que guardam gerencialmente a política de integração. Com exceção dos estados acima apontados, ainda não se observa estruturas de gestão voltadas para a agenda da educação das polícias nas Secretarias de Estado de Segurança/Defesa Social dos demais estados pesquisados, ficando estas sob a responsabilidade direta dos setores de formação das Polícias Civil e Militar.

---

<sup>15</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre a agenda da educação policial, ver Poncioni (1995), Muniz (2001) e Kant de Lima (2003).

Quanto aos órgãos de ensino das polícias, todas as unidades da federação visitadas possuíam estruturas próprias, responsáveis pela formação e treinamento policial, tanto na Polícia Militar, em nível de diretoria, às quais se encontram ligadas às escolas de oficiais e praças, quanto na Polícia Civil, nas próprias academias de polícia.

Todas as instituições policiais militares visitadas possuem, em maior ou menor grau, sistemas de pontuação e gratificação atrelados à realização de cursos de extensão, graduação e pós-graduação, mostrando-se uma realidade bastante difundida no universo de pesquisa. Entretanto, cursos específicos, voltados para a área de Segurança Pública, não pontuam diferencialmente em relação aos demais. Apenas a Polícia Militar do Espírito Santo indicou possuir algum tipo de alinhamento acerca dos “cursos de interesse da instituição”, delimitando aqueles que interessam ou não aos objetivos da instituição para fins de pontuação e gratificação.

Nenhum estado afirmou possuir uma política sistemática de alocação de seus profissionais segundo suas capacidades e conhecimentos específicos, distribuindo seus recursos humanos com base em suas especialidades e carreiras de aprendizado institucionais. Os gestores dos dois estados que indicaram possuir Banco de Talentos<sup>16</sup> – no caso, Pernambuco e Rio de Janeiro –, quando perguntados sobre a alocação de recursos com base na formação específica dos policiais, responderam que os cursos de pós-graduação, como os da Renaesp, eram critérios de seleção que pontuavam a favor para a seleção de docentes para atuação nas academias militares e civis. Isso significa que, para as carreiras ligadas ao ensino, os cursos da Renaesp podem oferecer oportunidades de aproveitamento específico para as atividades formativas das instituições policiais, em que o egresso pode, inclusive, contribuir para a propagação de novas formas de fazer e pensar polícia diretamente nas instituições de ensino policial.

Entretanto, em termos mais amplos, pensando os demais setores de trabalho e modalidades de policiamento desenvolvidas pelas instituições, não foram identificadas qualquer referência formal (leis, regulamentos internos, etc.) ou diretriz institucional clara que relacione a competência específica à alocação de recursos humanos nos quadros das forças policiais.

A liberação para os policiais realizarem cursos externos, de qualquer natureza, incluindo os cursos de pós-graduação da Renaesp, se dá de modo bastante informal e pessoalizado, dependendo da relação entre o policial e seu superior hierárquico direto. Apenas no Distrito Federal houve uma indicação, por parte da Polícia Militar, da existência de amparo legal para a liberação de policiais para esse tipo de atividade formativa externa. Nos demais, os policiais precisam compensar as horas de trabalho e, muitas vezes, ficam presos a lógicas clientelísticas de trocas de favores e beneficiamentos por conta dos arranjos com colegas e superiores para suprir essa demanda compensatória.

Com relação à profissionalização da formação policial – estruturas, quadro de docentes, planejamentos educacionais das escolas, etc. –, das UFs contempladas na presente amostra de pesquisa, Pernambuco, Rio de Janeiro e Tocantins relataram a

<sup>16</sup> Em geral, o Banco de Talentos pode ser definido como um projeto que reúne um grande banco de dados de currículos de profissionais (policiais ou não) que tem algum interesse em realizar atividades educacionais nas Instituições de Ensino Policial. A partir do interesse, conveniência e demanda das corporações, são realizadas seleções de profissionais (docentes) para atuarem nas IEP com base em critérios preestabelecidos.

existência de iniciativas de Banco de Talentos para a seleção de seu corpo docente, por exemplo. Em Pernambuco, como mencionado anteriormente, existe ainda a ACIDES, academia responsável pela formação e treinamento de ambas as polícias. Em termos de estrutura física, poucas academias e centros de formação não têm condições ainda de desenvolver suas próprias iniciativas de Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Curso Superior de Polícia. A Polícia Militar do Estado de Tocantins foi a única que relatou tal limitação estrutural.

Em se tratando da aproximação com as IES, no geral, as UFs visitadas percorreram caminhos cronológica e institucionalmente muito diversificados. Estados como o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Espírito Santo viveram períodos, entre o final da década de 90 e a primeira metade dos anos 2000, em que buscaram as universidades para a realização de projetos educacionais conjuntos. No geral, por parte da Polícia Militar, a procura tinha por objeto a realização do Curso de Aprimoramento de Oficiais – CAO e do Curso Superior de Polícia – CSP. No caso da Polícia Civil – que protagonizou essa aproximação apenas no Estado de Minas Gerais, por conta de uma configuração específica das redes locais –, o diálogo tendeu a se dar já no âmbito de uma proposta de Curso Superior de Polícia Integrado – CSPI, reunindo os oficiais superiores da Polícia Militar e delegados de Polícia de Classe Especial ou equivalentes. Todavia, vale destacar que estados como Espírito Santo e Rio de Janeiro também registraram, em algum momento, experiências de qualificação integrada. Começaram pelas Polícias Militares e depois incluíram as Polícias Cíveis.

De acordo com os relatos dos gestores, atesta-se uma preocupação bastante grande com a elevação do padrão educacional de seus níveis gerenciais (Oficiais Superiores e Delegados de 1ª Classe e Classe Especial) e um movimento no sentido de fortalecer uma visão sistêmica na relação entre formação, carreira e salário. Nesse sentido, duas categoriais dominam os discursos, traduzindo preocupações institucionais bastante específicas, por parte dos gestores das organizações, em relação ao estatuto da formação policial: a questão do ‘reconhecimento’ e da ‘equivalência’.

Em relação à demanda por ‘equivalência’, a parceria com as universidades envolve uma convergência de perspectivas: por um lado, centros acadêmicos que buscam se aproximar do tema da ‘segurança pública’ e abrir campos de pesquisa; por outro, organizações que buscam profissionalizar as suas políticas educacionais. Nas trajetórias marcadas pela relação de ‘equivalência’, ambas as partes, em aspectos diferentes, contribuem para a formatação dos cursos de CAO, CSP e/ou CSPI. A universidade, como contraponto à franquia de acesso à ‘equivalência’, consegue influir sobre a formação policial, inserindo conteúdos de cunho crítico e humanista, de reflexão sobre as dinâmicas de produção de fenômenos sociais complexos, como o crime e a violência. As polícias, por sua vez, muito embora gozem de pouca ingerência sobre os conteúdos dos módulos desenvolvidos na universidade, têm total autonomia para definir o público-alvo dos cursos, condição *sine qua non* de equivalência para efeitos de promoção e, conseqüentemente, de cargos e salários.

Como acima destacado, os estados que, em algum momento, adotaram o ‘modelo de equivalência’, dentre aqueles visitados, possuíam um histórico de relação entre

polícia e universidade, na realização de cursos de pós-graduação, anterior ao advento da Renaesp – que é o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Nesses estados, o bom andamento da parceria advinha dessa convergência de expectativas, de uma relação do tipo ‘ganha-ganha’, entre a universidade e as forças de segurança. Quando a Renaesp se insere nesse cenário, enquanto política federal, com seus objetivos e condições de adesão, produz uma ruptura importante no ‘modelo de equivalência’ nos estados: as polícias não podem mais ingerir sobre a seleção do público, que passa a ser regida pela lógica processual de um edital aberto, englobando diversos segmentos sociais, institucionais e hierárquicos.

Na visão dos gestores da política educacional das instituições de segurança, a adesão da universidade ao ‘modelo Renaesp’ é um óbice ao processo de equivalência, pois interfere na seleção do público e cria uma série de interferências no atendimento dos pré-requisitos dos cursos de aperfeiçoamento vinculados à carreira de oficiais superiores e delegados de polícia. Em razão disso, em muitos estados visitados, com exceção daqueles em que os gestores entrevistados tinham participado, de maneira direta ou indireta, da construção e implantação da Renaesp, vigora um quadro de profundo desconhecimento. A impossibilidade de diálogo entre os cursos e a política de pessoal das organizações policiais, no que se refere ao plano de cargos e salários, tendeu a relegar uma baixa institucionalidade à iniciativa, restringindo seus efeitos às trajetórias individuais/pessoais dos egressos.

Nesse cenário, vem ganhando adesão a alternativa do ‘reconhecimento’, em que as organizações policiais buscam, diretamente no Ministério da Educação – MEC, atender aos pré-requisitos para a qualificação de seus cursos de CAO e CSP como formação superior em nível, respectivamente, de pós-graduação e mestrado. As barreiras, nesse sentido, são majoritariamente de ordem legal e relacionadas ao atendimento de pré-requisitos técnicos do MEC relacionados ao corpo docente, seleção, etc. O ‘modelo Renaesp’, frente a esse movimento, conta com pouca – ou nenhuma – capacidade de influência sobre a política educacional das instituições.

Capitaneada por segmentos institucionais tradicionalmente ligados à formação policial e com histórico de diálogo com as universidades e centros de pesquisa, a alternativa do ‘reconhecimento’, em alguns estados, trouxe consigo uma discussão interessante no que se refere à formação de um campo de estudos chamado “Ciências Policiais”. Em diferentes graus de maturação, dependendo da realidade de cada estado, a consolidação desse debate em campo de conhecimento autônomo encontra hoje muitas resistências. A principal delas, assumindo uma perspectiva analítica *foucaultiana*, encontra-se nas relações de poder implicadas nas regras que delimitam a formação dos ‘enunciados científicos’. Nem toda a “prática discursiva” – como hoje certamente é o campo de debates sobre segurança pública – reunirá, em sua trajetória, as condições para ascender à categoria de “ciência” propriamente dita. Para realizar tal façanha – produto de uma sucessão de arbítrios e disputas sobre objetos, métodos e recursos –, as chamadas “Ciências Policiais”, ao se proporem questionar a arquitetura de campos discursivos estabelecidos, terão ainda um árduo e longo caminho pela frente<sup>17</sup>.

<sup>17</sup> Para mais insumos acerca dessa discussão, toda a obra de Michel Foucault se apresenta como insumo fundamental, em especial, *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2009) e *A Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 2010).

## 4. SEGURANÇA PÚBLICA COMO CAMPO DE CONHECIMENTO: O ENGAJAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NESTA ÁREA

Neste momento pretendemos analisar como surgiram os distintos cursos pesquisados, para, em seguida, apresentar quais os possíveis efeitos que os cursos desta natureza provocaram nas instituições de ensino superior participantes, assim como o tema da segurança pública aparece como agenda de pesquisa e investimento na academia.

Os cursos pesquisados são compostos por atores (coordenadores e docentes) com distintas formações acadêmicas e inserções no campo da Segurança Pública. Em alguns casos, os coordenadores entrevistados informaram não ter qualquer vinculação acadêmica com esta temática, demonstrando que seu envolvimento na proposta tinha um caráter estritamente profissional, no sentido de ter sido um compromisso assumido por sua instituição de ensino ou por estar substituindo um colega que se ausentou da coordenação.

As razões apontadas para o ingresso das IES na Renaesp podem ser divididas em dois grandes blocos. O primeiro, formado por instituições de ensino superior que já possuíam uma trajetória no campo de estudos da Segurança Pública, violência, criminalidade e justiça criminal e que foram estimuladas pela Senasp, por meio do Edital de Credenciamento 000/2005 ou do subsequente, lançado em 2007. Neste grupo podem ser situadas as seguintes instituições de ensino superior: UFF, UFES, UnB, PUC-RS<sup>18</sup> e UFRJ. No segundo bloco, encontram-se aquelas que viram nesses editais a oportunidade de criar um curso com apoio externo numa área que antes não era discutida na instituição ou não havia nenhuma iniciativa nessa temática. Nesse segundo bloco, percebe-se o baixo grau de aderência da instituição de ensino superior à temática da segurança pública, estando, quando muito, relacionada à trajetória específica de um coordenador(a). Portanto, não se trata de um tema que fosse vinculado a uma linha ou núcleo de pesquisa específico com reconhecimento no campo acadêmico. Encontram-se neste segundo bloco instituições de ensino superior como: Unisinos, Fapce, UFPI<sup>19</sup>, Faculdade Dom Hélder Câmara e UFT.

Aquelas instituições de ensino superior que já possuíam *expertise* no tema se organizaram em torno de professores que conceberam a proposta de curso buscando adequar a experiência de pesquisa e ensino dos docentes às linhas temáticas sugeridas pela Senasp. Percebeu-se que, no geral, houve pouco ou quase nenhum diálogo com a área de ensino das instituições de Segurança Pública do Estado no momento de concepção teórico-metodológica de tais propostas. A justificativa apontada pelos coordenadores entrevistados sinaliza para o fato de que os cursos foram concebidos a partir do olhar das instituições de ensino superior ou de alguns atores que já tinham larga experiência no tema.

18 O caso da PUC-RS também se enquadra, em certa medida, com o segundo bloco, tendo em vista que não havia um acúmulo em Segurança Pública, porém, o coordenador responsável pela proposta é pesquisador na área e estava vinculado a um programa de pós-graduação com experiência no tema da justiça criminal.

19 Cabe um destaque para o caso da UFPI, já que o idealizador da proposta foi um professor com interesse de pesquisa no tema da segurança pública, entretanto, por motivos pessoais, ele não continuou na coordenação do curso, que passou a ser feita por professores que nos concederam entrevistas e afirmaram não ter qualquer vinculação e/ou acúmulo acadêmico nesta área.



Há exceções em relação a esse percurso por motivos ou nuances distintas que passamos a destacar. A primeira refere-se à experiência da Facipe. Isso porque ficou evidenciado no discurso dos interlocutores que a instituição foi apenas a que aceitou “ancorar” o projeto. Caso semelhante ocorreu em Minas Gerais, em que um dos professores do curso e também delegado de polícia tinha uma proposta de curso em mente e encontrou na Faculdade Dom Hélder Câmara as condições necessárias para implantação da experiência.

A segunda exceção diz respeito à UFES, que já havia desenvolvido, desde 1997, cursos<sup>20</sup> em parceria com a Polícia Militar do Espírito Santo, que serviam como etapa para a promoção de seus quadros. Com o advento de cursos no âmbito da Renaesp, o cenário se mostrou distinto, já que não fazia parte dos editais da Senasp a vinculação com a promoção na carreira, até porque não competia a essa qualquer ingerência nas instituições policiais.

No caso da UFF, há uma exceção que merece destaque, tendo em vista que, desde 2000, a universidade acumula experiências com a execução de cursos de pós-graduação em Segurança Pública e Justiça Criminal. No primeiro momento, em parceria com a Fundação Ford e, posteriormente, com o Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – ISP-RJ<sup>21</sup>. Nessas experiências prévias, os cursos faziam parte do processo de ascensão na carreira de oficiais da Polícia Militar e, posteriormente, de delegados da Polícia Civil. Portanto, eram cursos que se traduziram também em etapas obrigatórias para a promoção. Com o encerramento da parceria da UFF com o Estado do RJ para esse fim, o edital da Renaesp se apresenta como um excelente estímulo para dar continuidade ao trabalho que a UFF já desenvolvia. A grande diferença é que os cursos da Renaesp não seriam parte do processo de ascensão na carreira para os profissionais interessados no curso, assim sendo, o público-alvo das instituições de segurança pública passou a ser voluntário, o que ocasionou um aumento da presença de profissionais de polícia dos níveis subalternos e intermediários da corporação. Esse é um dado importante já que, nas versões anteriores, apenas oficiais e delegados tinham acesso ao curso, por meio do número de vagas destinadas as corporações<sup>22</sup>.

No primeiro curso que fizemos pela Renaesp, todo público era voluntário, bastava ser da área da Segurança Pública e ter interesse na discussão, isso fez uma grande diferença. Tinha, portanto, um público mais diferenciado em termos hierárquicos. O que ocorreu é que verticalizou o curso (Ex-coordenador UFF).

“Verticalizar”, tal como dito na citação acima, implicava em ter num mesmo curso atores de distintos níveis hierárquicos e de distintas instituições. Logo, o argumento levantado pelo coordenador entrevistado reforça um dos objetivos preconizados pela Renaesp em permitir o acesso igualitário dos diferentes profissionais de segurança pública.

<sup>20</sup> Cursos de aperfeiçoamento de Oficiais – CAO e Cursos Superiores de Polícia – CSPs.

<sup>21</sup> Essas parcerias que a UFF estabeleceu renderam publicações importantes no campo da Segurança Pública cujo objeto principal foi a difusão do conhecimento produzindo durante os cursos com a publicação das melhores monografias produzidas pelos(as) alunos(as) em algumas séries da coletânea intitulada *Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública*. Ver site da EDUFF [www.editora.uff.br](http://www.editora.uff.br)

<sup>22</sup> Isso porque não havia impedimento para que um candidato de nível hierárquico inferior se candidatasse às 10 vagas destinadas à sociedade civil, entretanto, o término do curso não significava ascensão na carreira para esse público.

Como relação à composição do corpo docente dos cursos, os distintos coordenadores apresentaram suas estratégias. A maior parte buscou priorizar os colegas de departamento e/ou instituição que tivessem alguma produção ou afinidade com as temáticas a serem trabalhadas. Naquelas instituições pertencentes ao que denominamos 1º bloco (com acúmulo na área de Segurança Pública), essa tarefa foi um tanto facilitada e os professores participantes da iniciativa representavam exatamente a rede de interlocutores que o próprio coordenador(a) já dispunha na própria instituição de ensino ou em sua rede de pesquisa, que incluíam professores de outras instituições.

As IES que foram aqui denominadas como do 2º bloco (com pouca aderência ao tema da segurança pública) construíram as mesmas estratégias: priorizar colegas da instituição com alguma afinidade temática e convidar professores de fora. O fato é que no segundo bloco ficaram evidenciados dois aspectos: a) professores que só tiveram contato mais sistematizado com a segurança pública a partir da experiência docente na Renaesp e b) professores com viés mais jurídico sobre os fenômenos relacionados aos conflitos, violência e criminalidade, diferindo do 1º bloco, que apresentou abordagem a partir das ciências sociais.

Do universo investigado, ficou evidenciado que os cursos só “acontecem” ou têm lugar na medida em que há financiamento da Senasp. Nos momentos de “entressafra” não são abertos outros cursos por conta da própria universidade. Mas esse não é o maior dos problemas, que aparece justamente por razão da descontinuidade de ações. A memória dos distintos cursos fica prejudicada, já que, em geral, os técnicos envolvidos na gestão atuaram por edição de cada curso, havendo grande rotatividade na equipe de apoio<sup>23</sup>.

As falas dos coordenadores/docentes e os relatos dos pesquisadores de campo sobre a dinâmica de trabalho nas instituições de ensino superior visitadas apontam para o baixo grau de institucionalização da Renaesp nesses espaços. Os cursos de especialização só têm existência no momento em que há um estímulo a partir dos editais. Por essa razão, é muito difícil manter o seu funcionamento sem esse apoio.

Por fim, variados efeitos da Renaesp nas instituições de ensino superior e nos seus respectivos grupos de pesquisa foram possíveis de ser mapeados. Um primeiro aspecto fundamental é que os cursos potencializaram as ações que já eram desenvolvidas por IES que possuem experiência no campo da Segurança Pública. Por outro lado, aquelas que não tinham experiência, tiveram – pelo menos – a oportunidade de conseguir reunir professores em torno de uma proposta comum, resultando no interesse em dar continuidade à iniciativa.

Outro aspecto importante destacado foi a oportunidade que professores/coordenadores tiveram em aprender com os alunos, na medida em que a sala de aula servia como espaço para relatos e conhecimento dos “meandros do mundo policial”. Em alguns casos, isso pôde resultar numa agenda de pesquisas, já que temas e problemas de pesquisa puderam ser levantados. Somado a isso, em alguns casos, destacou-se

---

<sup>23</sup> Esse aspecto revelou-se crucial ao longo do trabalho de campo, quando os pesquisadores se depararam com a situação de não conseguir dados dos egressos, das monografias produzidas ou outras informações solicitadas. Nas IES onde os técnicos continuavam atuando, o trabalho de levantamento de dados foi facilitado; naquelas em que o técnico não estava mais, grande parte da memória não pôde ser reconstruída, o que exigiu juntar fragmentos de informações e buscar por outras fontes.

que as pesquisas passaram a incorporar ex-alunos dos cursos, que puderam contribuir também como pesquisadores “nativos”. Em geral, os alunos que foram incorporados aos núcleos de pesquisa das instituições de ensino superior se sentiram motivados em dar continuidade à trajetória acadêmica, investindo no mestrado e, posteriormente, no doutorado.

## 5. EFEITOS DA FORMAÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO VINCULADOS À RENAESP

Quais os efeitos produzidos por meio da experiência da Renaesp? A resposta para essa pergunta foi elaborada a partir da percepção dos vários atores que participaram desta iniciativa, sobretudo dos egressos, docentes e coordenadores de curso que atuaram nas instituições de ensino superior. As considerações a seguir procuraram sistematizar os discursos dos entrevistados numa perspectiva comparada, cuja análise permite obter um panorama interessante sobre esta iniciativa.

Cabe recuperar aqui as características que singularizam a Renaesp como política pública: 1) trata-se de uma iniciativa que se direciona para as instituições de ensino superior, fazendo com que estas passassem a oferecer cursos de pós-graduação para um público-alvo específico, o que quer dizer que os cursos são ministrados no ambiente da universidade e não nas escolas de formação policial (ou das demais instituições de segurança pública); 2) a seleção dos alunos é feita por meio de editais de chamada pública, ou seja, o corpo discente do curso é resultado de um processo meritocrático, não de uma escolha institucional ou direcionada para determinado posto ou grau hierárquico; 3) sendo realizado no ambiente universitário, sua metodologia valoriza a discussão acadêmico-científica, valorizando a formação reflexiva, o diálogo e a capacidade argumentativa; e 4) articula diferentes atores, de diferentes instituições, em sala de aula, reunindo no mesmo espaço de formação profissionais de diferentes postos hierárquicos e de diferentes instituições, somando-se a este grupo atores da sociedade civil.

Reiterar as características acima apontadas mostra-se importante, uma vez que cada uma dessas escolhas produzirá efeitos diversos no desenvolvimento do programa, como veremos a seguir. Em termos de objetivos, a partir das narrativas coletadas durante o trabalho de campo, pode-se afirmar que os efeitos pretendidos pela Renaesp se articulam em dois campos: o ‘individual’ e o ‘institucional’. No campo ‘individual’, podem ser observadas percepções acerca dos efeitos sobre as trajetórias ‘pessoais’ e ‘profissionais’ dos discentes. Em termos de ‘institucionalidades’, a pesquisa se ateve às transformações eventualmente produzidas pela Renaesp no ambiente acadêmico, nas Instituições de Ensino Superior – IES participantes, e nas instituições de segurança pública, de modo a perceber que possíveis efeitos institucionais poderiam ser obtidos pela experiência de formação<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> Muito embora os cursos da Renaesp possam contar com representantes de outras instituições, nas três esferas de governo, que compõem o que chamamos Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal, o presente investimento de pesquisa teve-se, em seu recorte, apenas às organizações policiais estaduais, conforme explicitado em sua discussão metodológica.

Com relação ao conhecimento da Renaesp, boa parte dos entrevistados, sejam eles docentes, discentes ou mesmo os gestores da agenda da educação nas instituições, normalmente desconhecia a experiência, com exceção dos coordenadores dos cursos que submeteram as propostas ou alguns docentes com engajamento já conhecido no campo da segurança pública. Especialmente com relação à boa parte dos gestores entrevistados, muito embora reforcem seu desconhecimento em relação à Renaesp, os entrevistados tenderam a reconhecer os efeitos positivos dos cursos de pós-graduação ofertados em três sentidos principais: 1) o aprendizado de uma nova visão sobre o fazer policial; 2) o aumento da cooperação entre as instituições, por ser um curso que integra as diferentes corporações; e 3) o tratamento de diversos ângulos das questões práticas de segurança pública, pela mesma razão. Como veremos a seguir, tal avaliação positiva não necessariamente converge para mudanças institucionais propriamente ditas.

O processo de concepção dos cursos não contou com a participação das instituições de segurança pública, dado que talvez possa explicar a baixa institucionalidade dos cursos da Renaesp no que se refere às forças de segurança estaduais. Foi reiterada pelos gestores entrevistados a afirmação de que estes – ou seus predecessores – não foram chamados a contribuir com a formulação dos cursos, a pensar suas pontes de diálogo com o plano de carreira das polícias e a falta de *feedback* quanto aos seus produtos e resultados.

O curso tem ajudado os alunos a serem mais reflexivos e isso tem conseguido, mas o esforço é grande e não acesso a nenhum resultado. Resultado de material, por exemplo, não sei quantas monografias foram feitas sobre as temáticas tratadas, não sei quantos alunos lograram êxitos, quais foram mais participativos e de que forma foram as participações, quais foram as tensões, não tive os resultados (Diretor Acadepol MG).

Percebeu-se que, no geral, houve pouco ou quase nenhum diálogo com a área de ensino das instituições de segurança pública do Estado no momento de concepção teórico-metodológica de tais propostas. De acordo com o material coletado, a justificativa apontada pelos coordenadores de curso entrevistados sinaliza para o fato de que os cursos foram concebidos a partir do olhar das instituições de ensino superior ou de alguns atores que já tinham larga experiência no tema.

Outro ponto crucial a ser destacado diz respeito ao método de ensino, dado o fato de que os cursos de especialização em Segurança Pública investigados não foram concebidos com a lógica da formação e/ou treinamento dos policiais. Tratava-se de promover a ponte entre as instituições de ensino superior e o público policial com grande enfoque para as contribuições das ciências sociais e jurídicas para pensar os fenômenos relacionados à violência, criminalidade, bem como o lugar da polícia nos Estados democráticos. Sendo cursos oferecidos no ambiente acadêmico, não se configuraram, portanto, como cursos instrumentais e/ou técnico-policiais.

Como apontaram alguns coordenadores entrevistados, grande parte do público vem de uma escola de formação que tem perfil dogmático e doutrinário. A passagem para um espaço de aprendizagem que valoriza a argumentação de ideias a partir do estudo de autores e, sobretudo, de se fazer perguntas sobre a realidade vivida e experimentada não foi tarefa trivial, tanto para os coordenadores/professores, como

também para os alunos que tiveram que aprender essa nova forma de pensar. Portanto, a socialização dos alunos Renaespp foi algo que apresentou maior nível de transformação, já que entraram nas instituições de ensino superior profissionais de Segurança Pública com vasta experiência e uma visão de mundo consolidada e tiveram que se transformar em alunos.

Os cursos, por terem um viés das ciências humanas e sociais, produziam em sala de aula diversos debates que, por vezes, geraram atritos entre os alunos. Isso foi destacado pelos coordenadores entrevistados como situações em que o papel do professor era fundamental na condução desse diálogo, para que uma divergência não se transformasse em um conflito irremediável. Ao mesmo tempo, a explicação desses conflitos serviu como combustível para as aulas, no sentido de permitir aos professores problematizar e fazê-los relativizar determinadas posições e visões. Essa, portanto, não foi uma tarefa fácil de ser conduzida. Por isso, a importância do método das Ciências Sociais foi destacada no sentido de ensinar a pensar a partir “da autoridade do argumento e não o argumento de autoridade”. Na perspectiva do professor e coordenador da UFF, o que fez a diferença é ensinar esse público a ler e discutir o que leu, o que os autores propõem, desmistificando entre os alunos a ideia de que porque são “autoridades” as suas opiniões são lei.

Esse é um curso reflexivo, o cara vindo do Direito ou da academia militar, onde você não discute, mas reproduz, simplesmente olha para a cima para a autoridade... (nesse curso) você larga o argumento da autoridade e passa a pensar na autoridade dos argumentos, eu acho que isso produz efeito na pessoa, passar dez meses fazendo aquilo ali, eu tenho muita dúvida se o conteúdo do curso tem algum efeito na atividade profissional do cara, porque essa atividade está vinculada aos valores institucionais, e ele não vai sair dali fazendo coisa diferente porque ele vai levar porrada, o máximo que ele pode fazer é argumentar. (...) eu acho que esse pessoal adquire no curso um discurso que eles não tinham antes do curso. É o método que eles aprendem e o discurso para aqueles que querem fazer esse discurso. (...) não é a temática, mas o método, tem a ver com ensinar o cara a ler e obrigar a discutir o que ele leu (...), porque ele não faz distinção entre opinião, autoridade e argumento da autoridade. Pois, se o cara tem autoridade, a opinião dele é lei. Opinião e argumentação é (sic) tudo a mesma coisa (professor 2, UFF/RJ).

Tal reflexão também pôde ser observada no discurso dos docentes, que ressaltaram que a questão central na elaboração da disciplina foi o método de ensino a ser adotado. Segundo um professor, o principal objetivo com a disciplina foi o de “fazer o aluno pensar por ele mesmo”, pensar criticamente (professor, UFPI). Outro destacou que o conteúdo da sua disciplina foi ministrado de forma expositiva com discussões a partir de textos especializados, dentro de um “método dialógico” (professor 2, Facipe). Enquanto um terceiro enfatizou a maior preocupação com o método do que, propriamente, com o conteúdo.

A experiência no oferecimento de cursos para esse público-alvo também demandou um conjunto de novos desafios para os docentes em sala de aula, engendrados, por um lado, pela heterogeneidade dos atores sentados nos bancos escolares e, por outro, porque os temas presentes no campo da Segurança Pública são em geral polêmicos, atuais, tensos e muitas vezes marcados por concepções ideológicas arraigadas. Em geral, o dinamismo e a atratividade da aula dependiam muito dos recursos metodológicos e didáticos utilizados pelos docentes. Foi destacado pelos alunos que a utilização de

estratégias pedagógicas mais dinâmicas em sala de aula (como grupos de discussão, seminários apresentados por alunos, vídeos, debates em sala de aula e leituras de textos em grupo) foi um aspecto importante para o envolvimento da turma e a permanência dos alunos interessados no curso.

Um professor destacou que, por se tratarem os discentes predominantemente de gestores e operadores de segurança pública e justiça criminal, eles frequentemente traziam a experiência prática para a sala de aula, o que a tornava ao mesmo tempo mais interessante e mais difícil para o professor que não “pertencia” à área da Segurança Pública (professor, UFRJ). O conhecimento do campo, vale destacar, foi um dos aspectos apontados pelos alunos na avaliação dos docentes. Um professor da UFES relatou que, em sala de aula, o maior desafio identificado foi traduzir as diferentes demandas das diversas instituições envolvidas por meio dos conteúdos ofertados. Havia reclamações, de parte a parte, que os conteúdos eram mais adequados a uma e menos a outra instituição presente. Em sua opinião, turmas heterogêneas têm suas vantagens, mas essa seria uma desvantagem importante (professor 1, UFES).

A heterogeneidade de perfis em sala de aula foi apontada como uma dificuldade inicial no diálogo entre os próprios alunos e os professores, mas essencialmente foi apontado como grande trunfo o mérito da iniciativa. A possibilidade do encontro e, portanto, do estranhamento do lugar de fala dos distintos atores da segurança pública permitiu conhecimento mútuo bem como criou laços e parcerias que se desdobraram para além da sala de aula. A convivência entre as diferentes instituições foi considerada como geradora de uma “mistura interessante”, que trazia às aulas diferentes enquadramentos sobre a questão da gestão de informações. Porém em algumas IES, os professores perceberam rivalidade e segregação. No Espírito Santo, o professor identificou alguns ruídos na relação entre os segmentos institucionais e, em alguns momentos, desses com a sociedade civil. Ele observou que os oficiais tinham maior disposição para defender a instituição policial enquanto os praças faziam mais críticas e lamúrias, muito embora, na opinião do entrevistado, não houvesse uma liberdade para que essas discordâncias fossem abertamente colocadas em sala de aula, sendo essas colocações, muitas vezes, feitas após a aula, diretamente aos professores. Alguns alunos civis – normalmente, lideranças comunitárias e militantes de Direitos Humanos – também procuravam os professores para falar coisas que não se sentiam à vontade de falar em sala de aula. Para o professor, os ruídos intrainstitucionais e na relação com a sociedade vividos no cotidiano eram reencenados, de alguma forma, nas relações dentro do grupo de alunos.

Na mesma IES, outro professor observou que, no caso da Polícia Civil, havia um conflito geracional marcado em sala de aula, ao contrário da situação da Polícia Militar, em que percebia uma adequação muito maior de valores entre as gerações. Segundo ele, esse último fato se devia à lógica de transmissão de saberes entre os ‘novatos’ e os ‘antigos’ e a uma valorização institucional desse tipo de pedagogia, muito embora, quando se referia à relação entre oficiais e praças, essa confluência fosse bem menos marcada. Segundo ele, “não caía bem” quando, por exemplo, um oficial tinha uma nota menor que uma praça. “Colocar oficial e praça na mesma turma não agradava e até hoje

é um tabu”, afirmou o professor, avaliando positivamente o fato de o curso propiciar que diversos segmentos, historicamente afastados, estabelecessem relações de proximidade e conhecimento.

Na UnB, uma das professoras entrevistadas vivenciou um evento crítico, mas não representava o cotidiano do curso:

O então comandante da PM (...), ele chegou fardado, um homem muito forte enfático, sério, e estávamos fazendo uma discussão, e um praça negro fez um comentário e ele levantou e mandou calar a boca. Eu falei *“vou falar um negócio aqui, você será comandante no seu local de trabalho, aqui quem comanda sou eu, seu companheiro de aula tem o mesmo direito de você de expressar suas ideias”*, e ele ficou tão chateado comigo que ele sumiu algumas aulas, mas voltou (professora 1, UnB).

Segundo ela, o curso exigiu a superação dos preconceitos tanto dos professores quanto dos alunos, além de buscar apagar a hierarquia dentro da sala de aula.

Na concepção dos alunos, a questão da heterogeneidade também se apresenta como um dos maiores méritos do curso, permitindo a construção de um ambiente de horizontalidade. Exemplificam com a presença até mesmo de um juiz, onde ninguém se sentiu constrangido em opinar sobre os problemas da justiça. Um aspecto descrito como altamente positivo pelos discentes também foi a possibilidade de integração entre diferentes níveis hierárquicos, carreiras e instituições do sistema de justiça criminal durante os cursos. Os alunos participantes expressaram uma avaliação positiva sobre a interação entre os alunos de diferentes organizações e de diferentes postos hierárquicos dentro do curso. A integração durante o curso aumentou a compreensão das semelhanças e diferenças entre as organizações policiais. Sobre as semelhanças, um soldado afirmou: *“Chegou-se a ver que todos os órgãos de segurança calçam 40. [...] Todos compartilham dos mesmos problemas, buscando as mesmas soluções e com as mesmas dificuldades”* (GF PI).

As diferentes experiências dos participantes contribuíram para o conhecimento das diversas realidades do trabalho policial. Nessa linha, um PM do Piauí enfatizou que policiais militares e civis aprenderam uns com os outros sobre os diferentes papéis e as diferentes tarefas exercidas por cada corporação. No mesmo sentido, um policial militar do Rio de Janeiro, que participou de uma edição da pós na UFF, destacou: *“pra mim que sou policial militar, essa turma é diversa, né! Com muita diversidade foi a melhor coisa que aconteceu. Mas, pra mim, quando aconteciam esses debates, era mais enriquecedor ainda. Por que o nosso ambiente é muito fechado!”* (GF UFF).

Sobre os efeitos do curso na trajetória dos egressos propriamente ditos, é possível concluir, tanto na percepção dos coordenadores dos cursos, quanto na visão dos docentes e alunos, que os efeitos trazidos pela experiência no curso de formação são eminentemente individuais, tendo pouca ou nenhuma ingerência no *ethos* das organizações policiais. Em sua opinião, são os alunos os principais beneficiários dessa política pública, na medida em que boa parte consegue refletir sobre suas práticas. Tal reflexão, no entanto, não dialoga exatamente com mudanças institucionais.

Dito em outras palavras, há efeitos concretos dos cursos na vida dos profissionais de segurança pública que deles participaram. Esses efeitos não necessariamente têm a ver com a influência que tais atores tiveram ou poderiam ter em suas corporações. Mas esse aspecto também não foi desconsiderado, todavia foi apontado como muito difícil de ser mensurado. Em termos práticos, coordenadores e docentes afirmaram que conseguiram perceber mudanças reais nos discursos dos alunos e também conseguem atribuir que todos se sentiram mais “empoderados” em ter vivenciado a oportunidade de fazer um curso de pós-graduação, principalmente nas universidades públicas, onde muitos não tiveram oportunidade de ingressar como estudantes de graduação.

Um professor do Rio Grande do Sul, que não atuava na área de Segurança Pública, destacou que do ponto de vista da autoestima, o curso foi muito positivo, pois os alunos obtiveram a percepção de que o Estado está investindo neles, além de possibilitar a remuneração indireta também. Segundo sua percepção, os aspectos profissionais, a troca de experiências em sala entre eles e com os docentes foi muito proveitosa, pois “eles aprenderam a olhar a cidade com outro olho, e a gente (docentes) aprendeu também, um pouco, a preparar a cidade pra eles” (professor 1, Unisinos).

Segundo um professor e pesquisador do tema violência, o impacto do curso é bastante limitado, restrito aos discursos, superficial em certo sentido. Dessa forma, os agentes de segurança, particularmente os policiais, passariam a assumir um discurso “mais atualizado”, adequado às demandas democráticas, mas com pouca influência na mudança de atitudes, acrescentando que a hierarquia policial militar seria impermeável à mudança e, por isso, os cursos seriam pouco eficazes na transformação institucional e nos referenciais identitários dos policiais. Os cursos seriam acessórios para a aquisição de um repertório, uma estética, mais do que de uma ética diferenciada que informa a prática (professor 1, UFES). Este posicionamento converge com a análise do professor da UFF, no qual ressaltou que a atividade profissional do agente de segurança pública está vinculada a valores institucionais, podendo o curso impactar a pessoa, mas não produzir efeitos na sua atividade profissional (professor 2, UFF/RJ).

Os egressos, de maneira geral, apontaram que acreditam no impacto do curso na sua trajetória profissional, no aprimoramento pessoal, bem como na sua atuação prática como profissional da segurança pública.

Então esse tipo de curso é mais para o meu crescimento pessoal. Foi muito importante pra mim, abriu muito a minha mente (GF UFRJ).

Então isso aí por si só já demonstra a relevância desse curso porque eu considero a mudança de concepção de vida (...) Então, eu acredito que todos que passaram por essa especialização de Segurança Pública não somos mais os mesmos que entramos aqui, com certeza (GF UFRJ).

São inúmeros os relatos dos egressos que apontam para mudança em sua concepção de vida e de atuação na vida profissional. Do mesmo modo foi mencionado pelos egressos do curso realizado na UFES que não existe uma política institucional de aproveitamento dos alunos participantes dos cursos de pós-graduação da Renaesp,



mas, em termos individuais, o crescimento pessoal seria importantíssimo. Todavia, as instituições seriam menos suscetíveis à mudança individual, em razão do peso histórico das polícias.

Sobre a aplicação do conhecimento absorvido no curso, para os egressos da PUC/RS há dificuldades de implementação das ideias e dos conceitos na prática profissional cotidiana. Por um lado, falta-lhes conhecimento pessoal para traduzir seu aprendizado e expectativas em um projeto para ser implementado na corporação. Por outro, os conhecimentos repassados no curso estão distantes da prática policial. Apesar de não resultar em mudanças institucionais, eles concordam que suas visões de mundo foram modificadas a partir do curso, principalmente sobre o fenômeno da violência e sobre segurança pública, como um objeto amplo e de múltiplas dimensões. Para eles, o grande desafio foi “transcrever” os conceitos e as idealizações dos professores para a realidade cotidiana. Não houve alterações significativas na corporação em decorrência do curso.

O curso trouxe aprendizados importantes e transformadores de suas visões de mundo e sobre seu objeto de trabalho. Entretanto, parece que a impossibilidade de alterar sua prática lhes causa frustração. Mesmo não concordando com alguns conceitos apresentados por docentes, não há dúvida que os debates travados, o contato com profissionais de outras instituições e com o mundo acadêmico, resultaram em mudanças importantes em suas trajetórias.

Um tema que foi bastante explorado em todos os grupos focais pelos próprios participantes foi o porquê da sua escolha em fazer um curso de pós-graduação em Segurança Pública. Quase a totalidade dos entrevistados ressaltou com veemência que escolheu o curso para aprimoramento e realização pessoal, para sua melhor formação e capacitação. A busca por formação e qualificação pessoal foi muito mais destacada em todos os grupos focais, ante a qualquer incentivo financeiro e para fins de promoção na carreira que a pós-graduação pudesse trazer.

Outro aspecto levantado pelos egressos sobre os efeitos que o curso produziu foi a aproximação/conhecimento entre os profissionais das demais instituições de segurança pública e do sistema de justiça criminal. Uma agente penitenciária destaca que o conhecimento e a interação com as outras instituições foi o principal ganho, embora o conhecimento não tenha produzido ascensão profissional, contribuiu para estreitar relações e construir laços de amizade que auxilia no dia a dia profissional.

Assim, coordenadores, docentes e alunos são cautelosos em afirmar sobre o potencial do curso em promover mudanças institucionais. Os efeitos dos cursos nas trajetórias dos profissionais podem ser pensados a partir da dimensão individual, no sentido de permitir a tais atores refletir sobre suas práticas profissionais, a partir de outro lugar, com novas “lentes” para a realidade cotidiana que antes não era objeto sistematizado de reflexão. A possibilidade de esta reflexão se desdobrar em ações gira em torno de empreendimentos individuais e/ou de determinados grupos que estabelecem

vínculos de ideias. Mas não é possível comprovar, até o momento, os efeitos institucionais com reflexo sobre as estruturas das corporações produzidos a partir da experiência dos cursos da Renaesp<sup>25</sup>.

## 6. RECOMENDAÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DA RENAESP

A pesquisa ora concluída teve o caráter de mapear processos, levantar referências e compreender especificidades dos cursos executados em diferentes instituições de ensino superior com distintas realidades. O amplo espectro trabalhado abordou desde a gestão da Renaesp no âmbito do Governo Federal, a gestão local feita pelas instituições de ensino superior até a compreensão sobre o que pensam coordenadores, docentes, gestores e, principalmente, discentes, que durante todo esforço de pesquisa empreendido foi sempre nosso objeto central de reflexão.

Neste sentido, é possível apresentar um conjunto de sugestões e recomendações com o intuito de contribuir para a avaliação da política Renaesp – até então realizada – com vistas a repensar rumos e estratégias a serem adotadas para a continuidade e aperfeiçoamento da experiência.

### 6.1 SOBRE AS MONOGRAFIAS PRODUZIDAS

- Fomentar trabalhos que versem sobre projeção e implementação de políticas, facultando a possibilidade de esses alunos produzirem não apenas monografias de perfil mais acadêmico, como também projetos de avaliação, planejamento e implementação de políticas públicas, assim como é realizado nos cursos de MBA e mestrados profissionalizantes.
- Seria oportuno criar um banco de dados com todas as monografias Renaesp para que fossem disponibilizadas aos pesquisadores do país, por meio magnético e consulta na internet. Somado a isso, recomenda-se a criação de um site dentro da página da Senasp para acesso a esse material.
- Recuperar todas as monografias arquivadas na Senasp e catalogá-las na forma de banco dados. Em seguida à catalogação, realizar a junção de todas as monografias na íntegra num banco de dados para consulta.
- Informar aos novos alunos Renaesp da existência desse banco de dados para consulta de trabalhos monográficos de diferentes UFs.

---

<sup>25</sup> A pergunta motivadora para debater os possíveis efeitos dos cursos na Renaesp *intra corpore* girou em torno da produção monográfica dos alunos. A ideia foi explorar se algumas das monografias produzidas haviam servido ou teriam sido utilizadas para o desenvolvimento institucional das organizações de segurança pública. Em geral, foram citados alguns trabalhos que resultaram em alguma ação concreta nas corporações, mas todos muito pontuais e minoritários no conjunto de monografias produzidas.

## 6.2 SOBRE O APROVEITAMENTO DOS EGRESSOS NAS RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES, DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS E ARTICULAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

- Promover uma orientação para as diferentes corporações das unidades da federação e respectivos gestores públicos, no sentido de aproveitar o conhecimento e a formação de pós-graduação dos egressos, na forma de equiparação/equivalência com cursos internos das polícias (e outros) para fins de progressão de carreira.
- Recomendar às Secretarias de Segurança dos Estados e do Distrito Federal que aproveitem a formação dos alunos Renaesp para concorrerem à função de professores dos cursos internos das polícias e outras corporações dos Estados e do DF, no sentido de se tornarem multiplicadores desse conhecimento. Para tanto, é necessário divulgar, por meio de lista nominal, os dados de todos os egressos dos cursos Renaesp nas corporações.
- Continuar a estimular, por meio dos editais Renaesp, os cursos a contemplarem a participação de diferentes níveis hierárquicos das instituições de segurança pública, bem como incorporar as mais diferentes organizações do sistema de segurança pública e justiça criminal, a fim de promover o enriquecimento dos cursos pela sua pluralidade.
- Orientar os projetos pedagógicos dos cursos no sentido de inserirem disciplinas voltadas: a) para elaboração de projetos na segurança pública; gestão, planejamento, implementação e monitoramento de políticas na área de Segurança Pública; b) dados sobre violência e cuidados com população em situação de risco ou vulnerabilidade social: idosos, mulheres, crianças, homossexuais, negros, indígenas, etc.
- Estimular por meio de premiação Renaesp/Senasp trabalhos que tratem da elaboração de projetos de gestão e implementação de novas experiências no campo da Segurança Pública.
- Formular um banco de dados na Renaesp com as informações básicas de todos os egressos, e atualização sistemática desse banco de dados por e-mails e redes sociais;
- Instituir uma política de avaliação dos cursos e dos efeitos na trajetória profissional do egresso pelo envio de questionários *on line*, de seis meses a um ano após a realização dos cursos.

### 6.3 SUGESTÕES PARA O APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA RENAESP

- Determinar que as IES produzam um banco de dados nos departamentos de criação do curso com dados relativos aos egressos e produção monográfica (estabelecer em edital a guarda dessas informações por um período de no mínimo dez anos).
- Estimular a institucionalização dos cursos nas IES por meio de editais com convênios/contratos ou termos de compromisso de no mínimo 3 anos de permanência (permitindo acompanhar a temporalidade nos trâmites burocrático-financeiros das instituições de ensino superior).
- Prever nos editais recursos financeiros para publicação de trabalhos monográficos na forma de revistas e livros; e/ou previsão de recursos para criação de um site para disponibilização de toda produção monográfica.
- Buscar fortalecer a equipe técnica da Renaesp que atua na Senasp, com profissionais que possuam experiência acadêmica, a fim de facilitar a interlocução com as instituições de ensino superior. Caberá a essa equipe realizar a orientação teórico-metodológica que a política demanda.
- Criar espaços (fóruns, *workshops*, seminários) que busquem promover a articulação (horizontal) entre as distintas instituições de ensino superior, as secretarias de segurança pública dos estados e do DF e a Senasp, no intuito de promover a disseminação de conhecimento produzido por professores e discentes da Renaesp. Esses espaços acadêmicos podem ser organizados de modo a articular iniciativas regionais (encontros por região do Brasil) e ações nacionais.
- Buscar aproximação e parcerias com as instituições de segurança pública, para fins de planejamento e colaboração com os cursos promovidos nas instituições de ensino superior; assim como a participação na divulgação e apoio aos profissionais inscritos no curso – com flexibilização do horário, dispensa ou licença do trabalho.
- Criar estratégias de continuidade dos editais contemplando também as instituições de ensino superior particulares que demonstrarem capacidade técnica e acadêmica na área de Segurança Pública. A inserção deste ator poderá garantir maior capilaridade da política nas distintas regiões do Brasil.
- Buscar orientação com gestores do Ministério da Ciência e Tecnologia para compreender a formulação das REDES dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs). Essa política de incentivo à pesquisa compreende o que há de mais inovador no fomento às redes de pesquisadores em diferentes campos de conhecimento no país atualmente, pois se baseia na articulação e financiamento de diversas IES com orientações temáticas dentro de um campo do saber.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu analisar a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Renaesp a partir dos olhares entrecruzados de distintos atores assim definidos: gestores públicos da área de ensino em Segurança Pública, coordenadores de cursos de especialização, professores e especialmente os egressos que foram beneficiários desta iniciativa.

O trabalho de campo realizado nas instituições de ensino superior pesquisadas e as análises produzidas, a partir do material coletado, buscaram responder duas grandes questões norteadoras: 1) Quais os efeitos e os impactos produzidos pelos cursos de especialização vinculados à Renaesp – e selecionados nesta pesquisa – na trajetória profissional dos seus egressos?; 2) Quais os efeitos e os impactos produzidos pelos cursos de especialização vinculados à Renaesp – e selecionados nesta pesquisa – nas instituições de segurança pública dos estados pesquisados?

Tais questões, propostas pela Senasp e adaptadas pela equipe de pesquisa ao contexto investigado, foram fundamentais para compreender desde a concepção da Renaesp, como um programa de larga escala voltado ao aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública, até sua implementação em diferentes instituições de ensino superior pelo Brasil. Como apontado na introdução deste artigo, foram privilegiadas as narrativas e, por conseguinte, as percepções dos atores entrevistados sobre as duas questões supracitadas. Por essa razão, o conjunto de considerações aqui apresentadas traduz-se nas principais análises, críticas e sugestões feitas pelos atores entrevistados ao longo de toda a pesquisa.

Tomando como base as contribuições dos coordenadores, todos destacaram a importância do investimento da Seenasp com a criação da Renaesp. Sem essa ação induzida, muitos não poderiam criar em suas instituições cursos desta natureza. Se, por um lado, a Rede potencializou o trabalho daqueles que já tinham inserção no campo da Segurança Pública, por outro, fez com que interessados no tema, mas sem inserção anterior, pudessem “conhecer esse campo”. Entretanto, os coordenadores que não tinham essa inserção pouco avançaram neste tema após a vigência de seus contratos de execução dos cursos. Significa dizer que não conseguiram constituir redes internas em suas universidades, tampouco fora delas.

Um dos principais problemas apontados pelos coordenadores é a falta de regularidade na publicação de editais, bem como o curto espaço de tempo para a execução dos cursos até então contratados. Alegaram que o prazo ampliado propiciaria uma melhor execução do curso no interior das universidades em razão de todos os entraves burocráticos que necessitam enfrentar, principalmente, nas universidades públicas.

Por outro lado, alguns atores destacaram que o crescimento vertiginoso que a Renaesp teve, principalmente com o edital de credenciamento de 2007, não significou qualidade no trabalho desenvolvido, justamente porque muitos cursos aprovados claramente não tinham em seus coordenadores e professores acúmulo em relação ao tema da segurança pública. Tal aspecto ficou evidenciado quando observados aqueles

curso realizados em universidades/faculdades que não possuíam núcleos de pesquisa em segurança pública e áreas afins ou que seus professores não produziam neste tema. O que se constatou é que quase nada aconteceu após o encerramento dos contratos.

Vale destacar que os cursos aparecem para os coordenadores como uma importante oportunidade do público policial ter acesso à universidade/faculdade como também a possibilidade de professores aprenderem com esses alunos. A relação dialógica que essa experiência estabeleceu permitiu, segundo os coordenadores, aprendizados em múltiplas direções.

Os efeitos, portanto, desta experiência se traduziram numa ordem subjetiva, tanto para os discentes, que puderam apreender novas visões de mundo, como para os docentes, que também precisaram fazer um exercício “relativizador” que os permitiu compreender e valorizar os profissionais de polícia. No tocante aos desafios da Renaesp, os coordenadores chamam atenção de que esta iniciativa se constituiu muito mais como um programa de ação do governo federal para formação e qualificação policial do que uma Rede de Altos Estudos que fomente pesquisas que subsidiem tanto os cursos ofertados quanto a agenda de segurança pública do país.

Assim, para se constituir uma rede – de fato – seria necessário estabelecer estratégias de intercâmbio entre docentes, discentes, bem como investir no fomento à produção de pesquisa relacionada aos cursos ofertados; publicizar e fazer circular a produção monográfica dos alunos; e fomentar que esses trabalhos versem sobre o desenho de projetos, programas e ações em segurança pública.

Quanto aos docentes, de forma geral, consideraram exitosas as edições dos cursos que participaram. Para eles, as instituições de ensino superior ganharam muito com a proximidade e diálogo com os profissionais de segurança pública, suscitando novas questões a serem pesquisadas e possibilitando a abertura de campo de pesquisa dentro das instituições policiais por meio dos egressos do curso. Muitos analisaram que o curso se configurou como um espaço de convivência e diálogo que possibilitou a “superação de preconceitos de lado a lado” ainda existentes entre Academia e Agências de Segurança Pública. Ademais, os cursos despertaram um grande interesse tanto por integrantes da segurança pública quanto por um “público civil”, o que torna importante a sua oferta sistemática com vistas à qualificação dos quadros da segurança pública, sejam eles “civis” ou profissionais de segurança pública.

Assim como dito pelos coordenadores, os professores apontaram que a Renaesp – enquanto rede – é pouco explorada. Assim, os professores que não atuavam na área da Segurança Pública desconheciam completamente esta iniciativa ou a conheciam superficialmente; enquanto os que atuavam no campo da Segurança Pública a conheciam, em virtude das pesquisas que realizam no tema.

Se por um lado é importante ter a integração e cooperação no nível interinstitucional, por outro, é imprescindível atentar para o corpo docente e os conteúdos das disciplinas. A pesquisa identificou sobreposição de conteúdos de diferentes disciplinas devido à falta de acompanhamento da coordenação acadêmica e diálogo entre os docentes.

Professores relataram não conhecer seus pares no curso, aparentando mais uma relação de prestação pontual de serviço do que o desenvolvimento de um projeto pedagógico voltado para um público delicado e peculiar.

A heterogeneidade na composição do corpo discente foi ressaltada pela maioria dos professores como propiciando, pela diversidade, questões e debates produtivos. Assim, os “enquadramentos interessantes”, “muitos olhares”, “olhares conflitantes” foram valorizados pelos docentes.

Em relação ao potencial do curso em promover a mudança de atitude profissional, os professores com maior experiência em cursos para policiais e/ou que atuavam na área da Segurança Pública apresentaram um posicionamento cauteloso, ressaltando que a atividade profissional do agente de segurança pública está pautada por fortes valores institucionais. Ressaltando ainda, a capacidade desses profissionais em se apropriarem de um “vocabulário democrático”, sem, contudo, se traduzir necessariamente em mudança de mentalidade ou de práticas.

No geral, os alunos foram classificados como inteligentes, capazes de compreender o conteúdo, porém a ausência do *ethos* acadêmico entre os profissionais de segurança pública fez com que apresentassem dificuldades na elaboração dos trabalhos, particularmente nos projetos de pesquisa e monografias. Sendo identificada a necessidade de haver o maior investimento das IES no apoio aos alunos na leitura, escrita e sistematização de dados, durante todo o curso. Muitos professores relataram que os alunos não foram dispensados do trabalho pelas suas instituições, dificultando uma “vivência acadêmica”. É importante buscar o apoio das agências de segurança pública ao curso, de forma que os agentes da segurança pública contem com tempo adequado para a frequência às aulas, leitura de textos e pesquisa.

É importante frisar que o produto concreto do curso são as monografias realizadas pelos alunos que, enquanto escritas criativas, devem ser estimuladas, estabelecendo conjuntamente o procedimento de divulgação delas.

No tocante aos gestores públicos entrevistados, pode-se dizer que ao mesmo tempo em que destacam desconhecer a Renaesp, por argumentarem que não foram convidados a participar da iniciativa desde sua concepção, também revelam que o pouco que sabem sobre é suficiente para dizer que há limitações estruturais no programa que dificultam a promoção de efeitos institucionais desta ação. Segundo alguns gestores, houve um afastamento entre a universidade e as instituições policiais, pós-implantação da Renaesp, provocado, em grande parte, pela introdução do acesso amplo e irrestrito aos cursos de pós-graduação, por meio de seleção meritocrática, via edital. Argumentam que o fato de os cursos de pós-graduação da Renaesp incluírem profissionais de todos os postos/graduações, cargos e carreiras – além de membros de outras corporações –, tornaria inviável a equivalência entre estes e os cursos de aperfeiçoamento de seus círculos hierárquicos intermediários e superiores. Além disso, no que se refere à adequação dos conteúdos dos cursos, observou-se uma demanda destes gestores por uma formação mais específica, ligada à prática policial, com participação de policiais em seu corpo docente.

Focalizando o olhar nos egressos, de modo significativo eles apontaram motivações pessoais na decisão de realizar o curso Renaesp. O interesse em crescimento e aperfeiçoamento pessoal foi mencionado, por exemplo, em todos os grupos focais realizados, no sentido de produzir um aprimoramento na vida profissional e pessoal. Não houve nos relatos um destaque para qualquer tipo de incentivo por parte das organizações policiais para o ingresso nos cursos Renaesp e tampouco o incentivo financeiro de promoção, ainda que em muitas unidades federativas o título de pós-graduado pontue para promoções futuras ou permita algum ganho salarial.

Aspecto muito positivo mencionado foi a possibilidade de integração de diferentes níveis hierárquicos e instituições nos cursos Renaesp. Segundo os egressos entrevistados, esse fato possibilitou maior aproveitamento dos cursos, pois permitiu vantagens tais como: aprendizado sobre o funcionamento de outras instituições; troca de experiências sobre atuação profissional; acalorados debates entre diferentes percepções sobre sistema de justiça criminal e segurança pública; produção de redes de conhecimento entre profissionais de diferentes instituições. Por outro lado, o aspecto negativo ressaltado pelos egressos foi o direcionamento muito “teórico”, “filosófico” e “academicista” dado aos cursos, ora com caráter essencialmente jurídico, ora com caráter socioantropológico. As críticas foram no sentido da ausência de uma perspectiva mais prática para gestão da segurança pública nas unidades federativas e municípios em que atuam. Os egressos queixaram-se da carência de disciplinas práticas que discutissem a gestão da segurança pública, violência doméstica, gerenciamento de crises, elaboração de projetos de segurança pública e redução/prevenção de violências, entre outras. E sugeriram, até mesmo, a possibilidade das disciplinas mais propedêuticas estarem associadas a uma discussão mais do campo da Segurança Pública como, por exemplo, a Sociologia Criminal. Por outro lado, reconhecem que as disciplinas, ditas por eles como “mais filosóficas”, são importantes para sua formação e conhecimento, todavia ressaltam que deveriam ser parte do curso e não sua totalidade.

Houve certa uniformidade em destacar que os cursos impactaram significativamente em sua vida profissional e pessoal, no sentido de lhes permitir um novo olhar sobre o sistema de justiça criminal e segurança pública, bem como a construção de um novo sentido para sua atuação profissional. Contudo, esse impacto ficou restrito à sua atuação, ou à forma de perceber sua atividade individual e pouco efeito teve sobre sua real possibilidade de alterar a rotina da atividade policial na qual está inserido. Traduzir o aprendizado teórico adquirido em um projeto para ser implantado nas instituições de segurança pública foi apontado por alguns dos egressos como a tarefa mais difícil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio; BARREIRA, Cesar. A Violência na Sociedade Brasileira. In: MARTINS, Carlos Benedito (org). **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: sociologia. São Paulo. ANPOCS, 2010

ALBUQUERQUE, Carlos Francisco Linhares de. **Escola de Bravos – Cotidiano e Currículo numa academia de polícia militar**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal da Bahia, 1999.



ARAUJO FILHO, Wilson de. **Ordem Pública ou Ordem Unida? Uma análise do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar em composição com a política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro: Possíveis Dissonâncias.** Niterói: ISP; EDUFF, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 3735/2012. Institui o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – Sinesp. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: outubro de 2013.

BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BRETAS, M. L. & PONCIONI, P. A Cultura Policial e o Policial Civil Carioca. In: **Cidadania, Justiça e Violência.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CARUSO, Haydée G. C. **Das práticas e dos seus saberes: a construção do “fazer policial” entre as praças da PMERJ.** Dissertação de Mestrado em Antropologia. Programa de Pós Graduação em Antropologia e Ciência Política. IFCH. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2004.

CARUSO, H.; PINTO, N.; MORAES, L. P. B. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: da Escola de Formação à Prática Policial. (Relatório de pesquisa). SENASP, 2006.

CARUSO, H. PINTO, N. MORAES, L. P. B. Da Escola de Formação à Prática Policial: um estudo comparativo sobre a formação de praças e oficiais da PMERJ. *Segurança, Justiça e Cidadania*, v. 4, p. 101-118, 2010.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. *Prêmio Inovação na Gestão Pública Federal – relato da experiência RENAESP.* Ações premiadas no 13º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal 2008. Brasília, 2009. 178 páginas. Disponível em: <[http://inovacao.ena.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=215&Itemid=35](http://inovacao.ena.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=215&Itemid=35)>. Acesso em: outubro de 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** São Paulo: Ed Loyola, 2010.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro.** Repressão e resistência em uma cidade do século XIX. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KANT DE LIMA, Roberto. **A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

\_\_\_\_\_. **Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”:** a formação policial em questão. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais.* São Paulo, SP. P. 241 – 256, 2003. Editora Revista dos Tribunais. Ano 11. Janeiro a Março de 2003.

MINGARDI, Guaracy. **Tiras, gansos e trutas.** São Paulo: Editora Scritta, 1992.

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.** Plano Plurianual 2008 – 2011. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano\\_plurianual/PPA/081015\\_PPA\\_2008\\_mesPres.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/PPA/081015_PPA_2008_mesPres.pdf)>. Acesso em: outubro de 2013.

MINISTERIO DA JUSTIÇA. Gabinete do Ministro. Portaria N° 1.148, 12/06/2012. Institui a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Renaes, e regulamenta dispositivos da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, e da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/portal/ministerio-da-justica/>>. Acesso em: outubro de 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Edital de Credenciamento RENAESP 001/2007. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1C5BF609PTBRIE.htm>>. Acesso em: outubro de 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Edital de Chamada Pública RENAESP N° 06. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1C5BF609PTBRIE.htm>>. Acesso em: outubro de 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Edital de Chamada Pública RENAESP N° 07. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1C5BF609PTBRIE.htm>>. Acesso em: outubro de 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Edital de Credenciamento RENAESP 000/2005. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1C5BF609PTBRIE.htm>>. Acesso em: outubro de 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Matriz Curricular Nacional de Ações Formativas dos Profissionais de Segurança Pública – SENASP/MJ, 2009. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1C5BF609PTBRIE.htm>>. Acesso em: outubro de 2013.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Vade Mecum – Segurança Pública, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1C5BF609PTBRIE.htm>>. Acesso em: outubro de 2013.

MISSE, M.; KANT DE LIMA, R.; MIRANDA, A. P. M. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. In: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, nº 50, 2º semestre de 2000.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial É, sobretudo, uma Razão de Ser. Cultura e cotidiano da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. In: **Research and Education in Defense and Security Studies**. Center for Hemispheric Studies, Washington – DC, May 22-25, 2001.

NUMMER, Fernanda Valli. **Em QAP: a experiência do curso de formação na construção de um saber ser soldado da Brigada Militar**. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PONCIONI, Paula. **A polícia e os pobres: representações e práticas em delegacias de polícia do Rio de Janeiro**. 1995. Dissertação (Mestrado), Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Os filhos do Estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2002.

SILVA, Agnaldo José. **Praça Velho: Um estudo sobre a socialização Policial Militar**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol.13, n.3, July/Sept., 1999.